

MINUTA DE RESOLUÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS

RESOLUÇÃO CEPE NN/2022

Estabelece normas e procedimentos específicos para Projetos e Programas de Extensão.

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação, que assegura, na Estratégia 12.7, uma parte do total de créditos dos cursos de graduação para Atividades Acadêmicas de Extensão;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CES nº 07 de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

CONSIDERANDO a Resolução CU nº 089/2019, que atualiza a Política de Extensão na UEL;

CONSIDERANDO a Resolução CEPE/CA nº 039/2021, que regulamenta a Creditação Curricular da Extensão na UEL;

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar a concepção e os procedimentos acadêmicos e administrativos dos Projetos de Extensão, Projetos Integrados com ênfase em Extensão, Projetos de Prestação de Serviços (PAS), Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão (PEPE) e Programas de Extensão;

CONSIDERANDO os pronunciamentos contidos no processo número 10522.2021.58, sobre a proposta de atualização das normas e dos procedimentos de Projetos e Programas de Extensão,

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO aprovou e eu, Reitor, sanciono a seguinte Resolução,

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução caracteriza as diferentes modalidades de Projetos e Programas de Extensão, e normatiza a apresentação, o cadastro, a tramitação, a aprovação, a execução, a coordenação, o acompanhamento e a avaliação destas ações extensionistas no âmbito da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

§ 1º Os objetivos dos Projetos e Programas de Extensão regulamentados por esta Resolução deverão estar estruturados de acordo com a concepção e a prática da Extensão, previstas na Política de Extensão da UEL, entre as quais destacam-se:

- I- Interdisciplinaridade e interprofissionalidade;
- II- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- III- Interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade;
- IV- Impacto na formação profissional e cidadã do estudante;
- V - Impacto na transformação dos setores da sociedade e da própria instituição (UEL).

§ 2º Projetos e Programas de Extensão devem orientar-se, no planejamento, na gestão e na contínua autoavaliação das ações extensionistas, a partir dos princípios, dos fundamentos e dos procedimentos definidos na Política de Extensão da Universidade Estadual de Londrina.

§ 3º Serão consideradas como Atividades de Extensão, as ações que interferem direta ou indiretamente nas comunidades externas à UEL e que sejam indissociáveis do Ensino e/ou da Pesquisa, vedadas as intervenções que se limitam exclusivamente à comunidade interna da UEL.

§ 4º Projetos e Programas de Extensão deverão ser classificados de acordo com as Áreas Temáticas e as Linhas de Extensão.

§ 5º A Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade do CEPE poderá, a seu critério, estabelecer ou ratificar descritores de políticas nacionais e internacionais para registro junto à PROEX.

TÍTULO II CARACTERIZAÇÃO E OBJETIVO

Seção I – CARACTERIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS PROJETOS

Art. 2º As Atividades de Extensão desenvolvidas por meio de Projetos ou Programas de Extensão se constituem de processo interdisciplinar, político educacional, social, cultural, científico, tecnológico, de inovação e que promove a interação transformadora entre a UEL e os outros setores da sociedade, por meio do processo pedagógico participativo da produção e da aplicação do conhecimento.

Parágrafo único – As Atividades de Extensão deverão preferencialmente alicerçar-se nas prioridades locais, regionais ou estaduais, ouvidas as Comissões de Extensão de Departamentos e de Centros.

Art. 3º Os Projetos, segundo sua caracterização se classificam em:

- I. Projeto de Extensão;
- II. Projeto Integrado;
- III. Projeto de Prestação de Serviço.

§ 1º Os Projetos classificados no *caput* deste artigo constituem um conjunto de atividades executadas por tempo determinado desenvolvidos obrigatoriamente por docentes e estudantes que articule o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabilize a relação transformadora entre Universidade e a Sociedade.

§ 2º Projetos Integrados, com ênfase em Extensão aprovados pela UEL ou por órgãos públicos/privados (com ou sem fomento) constituem um conjunto de atividades de caráter interdisciplinar executados de forma indissociável entre as dimensões de Ensino, de Pesquisa e/ou de Extensão, que permeiam duas ou mais dimensões universitárias, respeitado o ordenamento disposto para cada uma destas dimensões.

§ 3º Projetos de Prestação de Serviços, constituem a realização de trabalho oferecido pela Universidade ou contratado por terceiros – comunidade, empresas ou órgãos públicos – incluindo assessorias, consultorias e cooperação interinstitucional, assegurado seu compromisso social.

§ 4º Os Projetos/Programas poderão ser considerados Interinstitucionais, desde que caracterizado pelo desenvolvimento de Projeto/Programa de extensão entre Instituições de Ensino Superior (IES), por meio de instrumento jurídico, com a Coordenação Geral exercida por uma das instituições e a participação de uma ou mais IES coordenando seus próprios *subprojetos* vinculados à Coordenação Geral.

Art. 4º Coordenadores de Projetos que possuam característica de proposição contínua e com vigência ininterrupta por mais de 5 (cinco) anos, poderão solicitar a alteração de modalidade para Programa de Extensão.

§ 1º Projetos aprovados por meio de instrumento jurídico (Convênio, Termo de Cooperação, Acordo de Cooperação), exceto os Projetos de Prestação de Serviços (PAS), poderão solicitar a alteração de modalidade para Programa de Extensão somente após o término de vigência estabelecida no instrumento jurídico.

- § 2º A alteração de modalidade mencionada no *caput* deste artigo, devidamente instruída com justificativa, Plano de Trabalho e Relatório Parcial de atividades executadas, deve ser protocolada pelo coordenador junto ao SAUEL, no mínimo, com 90 (noventa) dias de antecedência ao término do Projeto e será objeto de apreciação e aprovação pelas instâncias das Comissões, Conselhos e Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade do CEPE.
- § 3º Aprovado o Programa, o início de atividades ocorrerá em data subsequente ao término do Projeto em vigência ou, no caso de projetos aprovados com fomento, após o término de vigência do instrumento jurídico.

Seção II – CARACTERIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PROGRAMAS DE EXTENSÃO

- Art. 5º Programas de Extensão constituem ações de caráter permanente e devem ser entendidos como um conjunto de ações extensionistas, de natureza educativa, cultural, científica ou técnica, cujas atividades envolvam ou não a realização de cursos ou eventos, convergentes entre si e voltados a questões relevantes da sociedade, em consonância com a Política de Extensão da UEL e os Planos Regional e Nacional de Extensão.
- Art. 6º A manutenção do caráter permanente dos Programas de Extensão em execução, há pelo menos 1 (um) ano, está condicionada à apresentação, à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade, até o dia 31 de março do ano seguinte, de forma alternada, os seguintes documentos:
- I - Formulário de Acompanhamento das ações extensionistas, estabelecido pela PROEX, o qual deverá contemplar inclusive a quantidade de atendimentos realizados, caracterização do segmento/público-alvo atendido e o(s) respectivo(s) Município(s)/Estado(s) abrangidos pela ação extensionista;
 - II – Relatório bianual de atividades executadas, que deverá conter as informações exigidas no Formulário de Acompanhamento.
- § 1º Caso o Formulário de Acompanhamento e o Relatório bianual não sejam enviados no prazo estabelecido no parágrafo anterior, a PROEX poderá encaminhar a suspensão do Programa e todos os direitos a ele concedidos, até que ocorra sua regularização.
- § 2º A entrega do Formulário de Acompanhamento não dispensa a necessidade de Relatórios, quando se tratar de Relatório para Interrupção de Atividades, para Prorrogação de Prazo ou para Relatório Final.
- § 3º O Formulário de Acompanhamento tem por objetivo coletar informações sobre o desenvolvimento do Programa de Extensão, nos aspectos acadêmicos e administrativos, sobre o segmento/público-alvo atendido e será objeto de apreciação pela Comissão de Extensão de Departamento e Conselho de Departamento.
- Art. 7º Os Programas de Extensão poderão ser classificados nas modalidades:
- I - Programas aprovados por meio de editais ou chamadas abertos pela UEL por meio da PROEX ou por órgãos externos;
 - II - Programa que atenda uma demanda contínua da sociedade cuja necessidade de ações extrapola a duração máxima de 5 (cinco) anos proposto para um projeto, com trâmite de apreciação e aprovação pelas Comissões de Extensão, Conselhos de Departamento e de Centro e Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade-CEPE;
 - III - Programas resultantes das alterações de modalidades de projetos previstas no Artigo 4º desta resolução;
 - IV – Programa Empresa Júnior, regulamentado por Resolução própria;
 - V – Outros Programas de Extensão regulamentados pela Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade.

Parágrafo único – Os Programas de Extensão aprovados antes da publicação desta Resolução e que estejam em execução poderão permanecer com suas atividades, após a conclusão dos Projetos a ele vinculados, sem necessidade de vinculação de novos Projetos.

TÍTULO III

PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS E PROGRAMAS DE EXTENSÃO

- Art. 8º Os Projetos e Programas de Extensão deverão, obrigatoriamente, ser cadastrados, e os encargos atribuídos a docentes serão computados em suas cargas horárias contratuais.
- Art. 9º As funções para participação docente em Projetos e Programas de Extensão, são definidas como:
- I - Coordenador: coordena as ações da equipe, executa atividades, responde pelo Projeto/Programa e orienta estudantes, com carga horária obrigatória;
 - II - Colaborador: participa no todo ou em parte das atividades do Projeto/Programa, responsabiliza-se pela participação e orientação de estudantes, com carga horária obrigatória.
 - III - Consultor: atua auxiliando em determinado assunto, tendo participação eventual, vedada a alocação de carga horária e orientação de estudantes.
- § 1º A coordenação de Projeto ou Programa de Extensão será exercida por docente ocupante de cargo efetivo, temporário, em disposição funcional ou professor Sênior.
- § 2º A coordenação de Projeto de Extensão por docente temporário ou em disposição funcional deverá atender aos seguintes requisitos:
- a) tenha coincidência temporal entre a vigência do Projeto e o prazo de contrato para docentes temporários ou entre a vigência do Projeto e o período de disposição para docentes em disposição funcional, quando não houver na equipe, docente efetivo na função de Colaborador;
 - b) independente da temporalidade entre a vigência do Projeto e o prazo de contrato ou período de disposição funcional, desde que, na equipe tenha pelo menos 1 (um) docente efetivo na função de Colaborador;
 - c) Docente temporário ou em disposição funcional poderá coordenar Programa de Extensão, desde que na equipe do Programa tenha pelo menos 1 (um) docente efetivo na função de Colaborador.
- § 3º Professor Sênior poderá coordenar Projeto ou Programa de Extensão, desde que haja coincidência temporal entre a vigência do projeto e o vínculo não-funcional com a UEL, vedada a responsabilidade pelas atividades orçamentárias e administrativas, as quais deverão ser desempenhadas por docente efetivo que integre a equipe do Projeto/Programa.
- § 4º Ao Professor Sênior aplicam-se as mesmas regras estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo 2º deste artigo.
- Art. 10. A carga horária total a ser concedida em Projetos (Pesquisa em Ensino, Pesquisa e Extensão, Projeto Integrado com ênfase em Extensão, Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão (PEPE) e Projetos de Prestação de Serviços (PAS) para docentes efetivos ou temporários, em regime de 40 horas semanais poderá ser de até 40% (quarenta por cento) da sua carga contratual.
- § 1º Aos docentes contratados em outros regimes de trabalho, a carga horária total deverá manter a proporcionalidade apresentada no *caput* deste artigo.
- § 2º O coordenador, em regime de 40 horas semanais, poderá ter até 30% da carga horária semanal em um único projeto, e os colaboradores até 25%.
- § 3º A participação de cada docente e a carga horária solicitada deverá ser aprovada pelo departamento e centro de estudo ao qual o docente estiver vinculado.
- § 4º Aos docentes em disposição funcional, a carga horária destinada à coordenação ou colaboração em Projetos/Programas de Extensão obedecerá ao limite e aos percentuais estabelecidos neste artigo

- Art. 11. A participação de docentes da UEL em Projetos ou Programas de Extensão coordenados por outras Instituições de Ensino Superior poderá ser cadastrada junto a PROEX, por meio de sistema eletrônico, mediante apresentação da seguinte documentação: a) Projeto ou Programa aprovado, b) comprovante de aprovação pela IES e c) autorização de cadastro expedida pela Instituição ou coordenação do Projeto/Programa.
- § 1º A documentação exigida no *caput* deste artigo deverá tramitar, para ciência, nas instâncias das Comissões de Extensão de Departamento e de Centro e a carga horária docente ser apreciada e aprovada pelos Conselhos de Departamento e de Centro, vinculada à lotação do docente da UEL.
- § 2º A carga horária atribuída ao docente da UEL deverá respeitar os limites estabelecidos no Art. 10 desta Resolução.
- § 3º É facultado ao docente da UEL incluir estudantes na equipe do projeto/programa, desde que, anuído pela coordenação do projeto/programa.
- Art. 12. Estudantes regularmente matriculados em um dos cursos de graduação ou pós-graduação da UEL, nas situações Ativo ou Formando/Ativo, poderão participar dos Projetos e Programas de Extensão, orientado por docente da equipe do Projeto/Programa, nas seguintes funções:
- I – Colaborador: participa no todo ou em parte das atividades programadas, com plano de trabalho e carga horária obrigatória.
 - II – Bolsista de Iniciação Extensionista – executa projeto de Iniciação Extensionista, com concessão de bolsa, vinculado a Projeto ou Programa de Extensão, com carga horária obrigatória.
 - III – Iniciação Extensionista, sem Bolsa – executa projeto de Iniciação Extensionista, *sem concessão de bolsa*, vinculado a Projeto ou Programa de Extensão, com carga horária obrigatória.
- § 1º É assegurado aos estudantes descritos nos incisos II e III do *caput* deste artigo, a concessão automática de seguro de acidentes pessoais, enquanto permanecerem em atividade no Projeto ou Programa de Extensão.
- § 2º Aos estudantes inseridos no inciso I do *caput* deste artigo, o seguro deve ser solicitado pela coordenação do Projeto ou Programa de Extensão, por meio do Sistema UEL.
- § 3º A inclusão de estudantes de graduação será realizada diretamente pelo docente orientador, por meio de sistema eletrônico e instruída com plano de trabalho condizente com a carga horária solicitada.
- § 4º Caberá ao estudante de graduação, ao final de sua participação, por meio de sistema eletrônico, submeter o Relatório Final de atividades executadas para ser referendado pelo docente orientador.
- § 5º Na ausência do docente orientador o Relatório Final poderá ser referendado pela coordenação do Projeto ou Programa de Extensão e, na ausência destes, pela Comissão de Extensão do Departamento de vinculação do docente orientador.
- § 6º A inclusão e o Relatório Final de estudantes de pós-graduação da UEL seguirão os mesmos procedimentos do estudante de graduação.
- § 7º A carga horária de estudantes de graduação ou pós-graduação da UEL em Projetos ou Programas de Extensão, deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) limite máximo de 20 (vinte) horas semanais, mesmo que a participação ocorra em diferentes Projetos ou Programas de Extensão, exceto nos casos em que o órgão de fomento externo definir carga horária maior;
- b) a carga horária será registrada no sistema eletrônico, somente após o docente orientador referendar o Relatório Final de atividades do estudante;
- c) a carga horária cumprida pelos estudantes de graduação da UEL em Projetos/Programas de Extensão poderá ser computada como Atividade Acadêmica Complementar (AAC), Atividade Acadêmica de Extensão (AEX) Livre e Atividade Acadêmica de Extensão (AEX) Indicada, observada as regulamentações vigentes e o Projeto Pedagógico do Curso.

§ 8º Compete à Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), por meio de sistema eletrônico, registrar a carga horária utilizada pelo estudante de graduação da UEL como Atividade Acadêmica Complementar (AAC), Atividade Acadêmica de Extensão (AEX) Livre e Atividade Acadêmica de Extensão (AEX) Indicada.

§ 9º O estudante de graduação/pós-graduação terá direito a emissão, *on line*, de declaração ou certificado de sua participação em Projeto/Programa de Extensão, por meio de acesso à página da PROEX.

§ 10. A declaração será emitida enquanto o estudante permanecer em atividade no Projeto/Programa e o certificado será emitido somente após a entrega do Relatório Final referendada pelo docente orientador.

Art. 13. Estudantes de ensino médio, graduação ou pós-graduação regularmente matriculados em outras Instituições de Ensino, poderão participar de Projetos ou Programas de Extensão.

§ 1º Os participantes serão cadastrados na Categoria de Colaboradores Externos e nas funções de colaborador discente, bolsista ou iniciação extensionista sem bolsa, conforme o caso e de acordo com os editais e/ou regulamentações específicas.

§ 2º A quantidade de estudantes de outras Instituições de Ensino Superior aprovado no momento de suas inclusões, não será superior à quantidade de estudantes da UEL ativos no Projeto/Programa.

§ 3º A inclusão e o Relatório Final dos estudantes deverão ser feitos pelo docente orientador, por meio de Formulário disponibilizado pela PROEX, instruído com plano de trabalho condizente com a carga horária solicitada.

§ 4º A emissão de declaração ou certificado seguirá os mesmos procedimentos descritos no § 10º, Art. 12 desta resolução.

§ 5º A carga horária máxima em Projetos ou Programas de Extensão deverá obedecer ao máximo estabelecido na alínea "a", § 7º do artigo 12 desta resolução;

§ 6º O seguro de acidentes pessoais deve ser solicitado pela coordenação do Projeto ou Programa de Extensão, por meio do Sistema UEL.

Art. 14. Servidores da UEL ocupantes do cargo de Agente Universitário poderão compor a equipe do Projeto ou Programa de Extensão, nas funções de Colaborador ou Consultor, conforme incisos II e III, Art. 9º desta Resolução, sendo vedada a responsabilidade pela orientação de estudantes.

§ 1º A participação de servidores ocupantes do cargo de Agente Universitário em Projetos ou Programas de Extensão, na função de Colaborador, exercida dentro da jornada de trabalho, deverá ser aprovada pela chefia imediata e pela direção da unidade/órgão à qual estiver lotado.

- § 2º Os servidores descritos no *caput* deste artigo poderão atuar como Colaboradores Externos, no todo ou em parte das atividades, desde que as atividades previstas no plano de trabalho não estejam determinadas no seu cargo de carreira e sejam realizadas fora do horário de sua jornada de trabalho.
- § 3º A carga horária total do servidor não poderá exceder 30% (trinta por cento) da sua carga horária contratual, exceto nos casos de participação em Projetos de Prestação de Serviços (PAS), cuja carga horária não poderá exceder a 20% (vinte por cento) da sua carga horária contratual.
- Art. 15. Pessoas não pertencentes ao quadro de servidores da Universidade poderão compor a equipe do Projeto/Programa de Extensão na qualidade de Colaborador Externo, desde que se configure a participação efetiva em parte ou no todo das atividades do mesmo e esteja em conformidade com o disposto no Estatuto e Regimento da UEL.
- § 1º A inclusão do Colaborador Externo será realizada pelo coordenador ou por docente responsável pelo Colaborador Externo diretamente para a PROEX e tramitará na Comissão de Extensão de Departamento vinculada à lotação do coordenador ou docente responsável pelo Colaborador Externo formalizado por meio dos seguintes Formulários disponibilizados pela PROEX:
I – Formulário de inscrição;
II - Plano de Trabalho;
III - Termo de Adesão, com cláusula de isenção de vínculo com a UEL;
IV - Identificação do docente responsável pelo Colaborador Externo.
- § 2º O encerramento de participação do Colaborador Externo será formalizado por meio de Formulário de Relatório Final que deverá ser enviado à PROEX pelo docente responsável.
- § 3º É vedado ao Colaborador Externo:
a) coordenar Projetos ou Programas de Extensão da UEL;
b) orientar estudantes, exceto quando se tratar de permissões expressas na regulamentação das Empresas Juniores;
c) realizar atividades que envolvam intervenção ou decisão sem a anuência do orientador, que não estejam previstas no plano de trabalho.
- § 4º Durante o período de participação no Projeto/Programa de Extensão, o Colaborador Externo, poderá ser incluído em apólice de seguro de acidentes pessoais da UEL, de acordo com as seguintes funções e condições:
a) Colaborador: o seguro deverá ser solicitado pela coordenação do Projeto/Programa, imediatamente ao início de participação, por meio do Sistema UEL, SICOR, SEGUROS;
b) Bolsista da UEL ou de órgãos externos – a inclusão em apólice de seguro é automática, dispensada a necessidade de solicitação.
- § 5º A carga horária máxima do Colaborador Externo em Projetos ou Programas de Extensão, não poderá ser superior a 40 (quarenta) horas semanais, mesmo que essa participação ocorra em diferentes Projetos/Programas.

TÍTULO IV

ELABORAÇÃO E CADASTRO DOS PROJETOS E PROGRAMAS

- Art. 16. Os Projetos ou Programas de Extensão devem ser elaborados e executados por docente(s) de um ou mais Departamentos ou Centros da UEL.

Parágrafo único. Projeto ou Programa de Extensão que envolver mais de um Departamento ou Centro de Estudos da UEL, será apreciado pelas Comissões de Extensão de Departamentos e de Centro e Conselhos de Departamento e de Centro de vínculo do Coordenador, ouvidos os demais Conselhos de Departamento e de Centro envolvidos, quando houver participação de docentes na equipe na função de Colaborador.

Art. 17. O Projeto ou Programa de Extensão deverá ser cadastrado no sistema eletrônico. e os itens solicitados devem ser anexados.

§ 1º Finalizado o cadastro, o Projeto ou Programa será remetido eletronicamente para a Divisão de Projetos e Iniciação Extensionista da PROEX, à qual caberá, no prazo de 10 (dez) dias úteis proceder a análise técnico-administrativa sobre:

- a) o enquadramento e a documentação exigida conforme o tipo de cadastro;
- b) compatibilidade de registro do início de execução com o plano de trabalho e o instrumento jurídico anexado, quando se tratar de aprovação por órgãos públicos ou privados;

§ 2º Havendo necessidade de ajuste ou complementação de caráter técnico administrativo, a Divisão de Projetos e Iniciação Extensionista encaminhará a solicitação, no prazo estabelecido no parágrafo anterior, por meio do sistema eletrônico, para a coordenação do Projeto ou Programa, que terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para atender à solicitação e enviar o Projeto/Programa para a Divisão de Projetos e Iniciação Extensionista.

§ 3º Finalizada a análise técnico-administrativa, o Projeto ou Programa de Extensão seguirá trâmite eletrônico para apreciação pelas instâncias de avaliação.

Art. 18. Para o cadastro de Projeto/Programa aprovados e/ou financiados por órgãos públicos ou privados será necessário:

- I - Preencher o formulário eletrônico de cadastro;
- II - Anexar: 1) o instrumento jurídico (Convênio, Termo de Cooperação, Acordo de Cooperação); 2) cópia do Projeto/Programa originalmente aprovado pelo órgão público ou privado e 3) cópia de documento de aprovação pelos Comitês ou Comissões de Ética, quando for o caso.

§ 1º Projetos ou Programas de Extensão aprovados somente no mérito, sem concessão de recursos financeiros e/ou bolsas, será necessário atender o inciso I e os itens 2 e 3 do inciso II do caput deste artigo.

§ 2º Os Projetos/Programas estabelecidos nos parágrafos anteriores tramitarão para “ciência” nas Comissões de Extensão de Departamento e de Centro e aprovação das cargas horárias dos docentes da UEL pelos respectivos Conselhos de Departamento e de Centros.

TÍTULO V

AVALIAÇÃO, EXECUÇÃO, INTERRUPÇÃO e ALTERAÇÕES

Seção I – Avaliação e Execução

Art. 19. A execução do Projeto ou Programa de Extensão será autorizada, após avaliação e aprovação, com pareceres emitidos, na sequência, pelas seguintes instâncias:

- I - Comissão de Extensão de Departamento, se houver.
- II – Conselho de Departamento;
- III - Comissão de Extensão do Centro.
- IV - Conselho de Centro.

- § 1º A Comissão de Extensão de Departamento e de Centro que entender necessário poderá solicitar avaliação dos Projetos ou Programas pelo Comitê de Ética e Comissões descritos no Art. 20 desta Resolução.
- § 2º A apreciação dos Projetos ou Programas pelas instâncias definidas no caput deste artigo, deverá considerar, necessariamente, os seguintes aspectos:
- a) enquadramento da proposta de acordo com a caracterização e objetivos da Extensão;
 - b) coerência entre procedimentos teórico-metodológicos, metas e etapas, resultados esperados e pertinência bibliográfica;
 - c) Viabilidade de execução, considerando a equipe, plano de trabalho e demonstração da origem dos recursos necessários para execução do Projeto/Programa.
- § 3º Caberá, respectivamente, ao Coordenador da Comissão de Extensão de Departamento e de Centro, relatar a análise e o parecer de mérito acadêmico do Projeto ou Programa de Extensão, em reuniões do Conselho de Departamento e Conselho de Centro.
- § 4º O período de análise e parecer dos Projetos/Programas de Extensão pelas instâncias de avaliação deve ser de até 90 (noventa) dias.
- § 5º O coordenador pode, durante a tramitação, solicitar o cancelamento da proposta, encaminhando a solicitação para a Divisão de Projetos e Iniciação Extensionista/PROEX.
- § 6º As instâncias de avaliação descritas no caput deste artigo são autônomas no processo de análise e parecer e poderão, caso seja necessário, retornar o Projeto/Programa ao coordenador, por até 3 (três) vezes, para eventuais reformulações/ajustes na proposta.
- § 7º O coordenador terá, para cada solicitação de reformulação/ajuste, o prazo máximo de até 30 (trinta) dias, para reenviar a proposta à instância que solicitou a reformulação/ajuste, contado a partir da data de recebimento do parecer pelo sistema eletrônico. Caso o parecer indique apreciação por Comitê ou Comissões de Ética, o prazo máximo será de até 90 (noventa) dias.

<p>§ 8º Caso o coordenador não cumpra o prazo estabelecido no parágrafo anterior, a instância avaliadora deverá cancelar a tramitação.</p>	<p>CLCH (Art. 19, § 8º: “O coordenador não pode apresentar um recurso, ser acometido por doença durante o processo? Se perder esse prazo, ele é obrigado a recomeçar a tramitação do zero? Acho que deveria haver previsão de recurso, até para poupar retrabalho das instâncias pelas quais o processo já tiver tramitado. Se, num primeiro momento, cancelar a tramitação “limpa” o sistema, no momento seguinte gera mais trabalho por parte das instâncias.”)</p> <p>CEFE: O coordenador em caso de impossibilidade deve reportar-se, via formulário, junto à PROEX.</p>	<p>PROEX (Art. 19, § 8º Sugestão: “Caso o coordenador apresente justificativa à instância de avaliação, esta poderá manter o projeto/programa em trâmite no Sistema”.</p>
<p>Art. 21. (Art. 20) O coordenador, antes do início de tramitação do Projeto/Programa de Extensão deverá se responsabilizar pelo enquadramento da proposta junto às seguintes Comissões:</p> <p>I- Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) para propostas que envolvam o uso de animais;</p> <p>II- Comissão Interna de Biossegurança</p>	<p>CTU (Art. 21: “Não haverá sobrecarga nos Comitês de Ética?”)</p>	

(CIBio), para propostas que envolvam tecnologia do DNA recombinante ou novas tecnologias de engenharia genética;		
<p>§ 1º Para tramitação dos Projetos ou Programas de Extensão que tenha o recorte de Pesquisa envolvendo seres humanos, direta ou indiretamente, será necessário anexar no sistema eletrônico a Carta de Aprovação emitida pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP).</p>	<p>CCB (Art. 21, § 1º: 1) Incluir aspectos previstos na resolução 510/2016 CNS, algumas pesquisas não precisam de aprovação no CEP – http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf; 2) Sugestão: Se o projeto se enquadrar à aspectos previstos na resolução 510/16 CNS referentes à não necessidade de aprovação no CEP, deverá ser Informado e justificado no projeto.)</p> <p>CLCH (Art. 21, § 1º: “Pesquisa?”)</p> <p>CCS: Como vamos definir o "recorte da pesquisa" na extensão? Critérios .</p> <p>CEFE: Por que não é inciso III? Por que o destaque sob a forma de parágrafo?</p> <p>CCE (Art. 21, § 1º: “... recorte de pesquisa envolvendo seres humanos...: pergunta: o que seria esse envolvimento?”).</p>	
<p>Art. 22. (Art. 21) Projetos ou Programas de Extensão cuja execução dependa da utilização das dependências e/ou recursos materiais/equipamentos de Órgãos Suplementares, caberá ao coordenador anexar no sistema eletrônico documento de autorização expedido pelo respectivo órgão, caso exista esta exigência pelo respectivo órgão.</p>	<p>CLCH (Art. 22: “Redação redundante”).</p> <p>CCE (Art. 22: “quem deverá anexar a autorização? O Coordenador?”)</p> <p>CEFE: Como o coordenador saberá se tem ou não essa exigência? Excluir essa frase e ser obrigatório para todos os órgãos suplementares.</p>	<p>CCE - Acatado: “Incluída a figura do Coordenador na redação”</p> <p>PROEX CEFE – SUGESTÃO: coordenador e Comissões: PROEX sendo comunicada, insere a informação no Sistema on line.</p>
<p>Art. 23. (Art. 22) Após aprovação pelas instâncias competentes estabelecidas nos artigos 20 e 21 desta resolução, o Projeto/Programa de Extensão passa para a situação de “em execução”.</p>	<p>Mantida. Não houve sugestão.</p>	

<p>Art. 24. (Art. 23) Iniciada a execução do Projeto ou Programa de Extensão, o coordenador terá o prazo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da data de início da execução, para providenciar a inclusão de estudantes de graduação e/ou pós-graduação da UEL na equipe, sendo, no mínimo, 1 (um) discente de graduação sob orientação de docente que estiver na função de Coordenador ou Colaborador.</p>	<p>CLCH (Art. 24: 1) Como está, pode dar a entender que só se pode incluir alunos dentro dos 90 dias. A troca do verbo “providenciar a inclusão”, por “iniciar a inclusão” resolve a dupla interpretação; 2) E se tivermos estudantes para acolher depois deste prazo? Ainda mais pensando na creditação da extensão, na qual a participação dos alunos poderá ocorrer em tempos distintos de acordo com as demandas... 3) Talvez precise melhorar a redação”)</p> <p>CCS: Os projetos que envolvam somente pós-graduandos deixarão de existir?</p>	<p>PROEX: (Art. 24 – sugestão de alteração: “Art. 24 Aprovada a execução do Projeto ou Programa de Extensão, este poderá permanecer sem a participação de estudantes de graduação ou pós-graduação, somente durante os primeiros 90 (noventa) dias de execução.</p> <p>§ 1º Decorrido o prazo estabelecido no <i>caput</i> deste artigo, durante o período de execução do Projeto ou Programa de Extensão, o coordenador deverá manter a participação de estudantes de graduação e/ou pós-graduação da UEL em atividade na equipe, sendo, no mínimo, 1 (um) discente de graduação sob orientação para cada docente na função de Coordenador ou Colaborador.</p> <p>PROEX – CCS: a exigência de aluno de graduação atende o aspecto de “formação profissional” e as exigências da creditação curricular.</p>
<p>Parágrafo único - O não atendimento do disposto no <i>caput</i> deste artigo, impedirá o trâmite de quaisquer alterações no projeto ou programa, a suspensão do mesmo e de todos os direitos a ele concedidos, até que ocorra sua regularização junto à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade.</p>		<p>PROEX: sugere a alteração do Parágrafo único em § 2º: ”O não atendimento do disposto no § 1º deste artigo, sem apresentação de justificativa à PROEX, impedirá o trâmite de quaisquer alterações no Projeto ou Programa, a suspensão do mesmo e de todos os direitos a</p>

		ele concedidos, até que ocorra sua regularização junto à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade.
<p>Art. 25. (Art. 24) O prazo máximo para desenvolvimento de Projeto de Extensão ou Projeto Integrado com ênfase em Extensão submetidos à UEL será de 48 (quarenta e oito) meses, exceto para os Projetos de Prestação de Serviços(PAS) e para aqueles financiados por órgãos públicos ou privados por tempo maior, estabelecido em instrumento jurídico.</p> <p>§ 1º Para Projetos de Extensão ou Projetos Integrados com ênfase em Extensão submetidos à UEL, cuja duração prevista seja inferior a 48 (quarenta e oito) meses poderá ser solicitada prorrogação até que se complete o prazo máximo, mediante solicitação do coordenador, protocolada por meio do sistema eletrônico, com antecedência mínima de <u>90 (noventa)</u> e máxima de 150 (cento e cinquenta) dias ao término de vigência do Projeto.</p> <p>§ 2º A solicitação de prorrogação será objeto de apreciação e deliberação pelas Comissões de Extensão e respectivos Conselhos de Departamento e de Centro, consubstanciada de: a) justificativa; b) plano de trabalho para o período de prorrogação solicitado; c) relatório circunstanciado das atividades realizadas até a data de solicitação da prorrogação.</p> <p>§ 3º Caso o coordenador não protocole a solicitação de prorrogação no prazo estabelecido no § 1º deste artigo, poderá recorrer à Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade, para solicitar Autorização para protocolo do pedido de prorrogação fora de prazo, por meio das seguintes providências: a) protocolo de recurso junto ao SAUEL, devidamente justificado quanto aos motivos sobre o não atendimento do prazo estabelecido, pleiteando autorização para protocolar o pedido de prorrogação fora do prazo;</p>	<p>Mantida. Não houve sugestão.</p> <p>Mantida. Não houve sugestão.</p> <p>CEFE: qual a finalidade desta previsão? O primeiro prazo não foi cumprido e há previsão de um outro?</p> <p>Mantida. Não houve sugestão.</p>	<p>PROEX – CEFE: É uma oportunidade para que o coordenador possa justificar a perda do prazo e solicitar Autorização para protocolo do pedido fora do prazo estabelecido.</p>

<p>b) o recurso deverá ser protocolado, no máximo, até 30 (trinta) dias de antecedência ao término de vigência do Projeto.]</p> <p>§ 4º No caso de Projetos em execução aprovados pela UEL e/ou por órgãos públicos ou privados, que obtiverem posterior aprovação com financiamento, os prazos válidos para execução e término passam a ser os estabelecidos no Projeto financiado, prevalecendo o de maior vigência.</p> <p>§ 5º O coordenador de Projeto aprovado e/ou financiado por órgãos públicos ou privados poderá, quando não obtiver autorização de prorrogação pelo órgão que o aprovou, solicitar prorrogação à UEL, por até 12 (doze) meses, desde que atendidos os seguintes requisitos:</p> <p>a) protocolo do pedido devidamente justificado junto ao SAUEL, com antecedência de 60 (sessenta) dias ao término do Projeto;</p> <p>b) relatório de atividades executadas, até a data de protocolo do pedido;</p> <p>c) apreciação e aprovação do pedido pelas instâncias estabelecidas no art. 20 desta resolução;</p> <p>§ 6º O coordenador de projeto com duração de 48 (quarenta e oito) meses pode solicitar prorrogação excepcional de no máximo 12 (doze) meses, julgada pelas Comissões de Extensão, Conselhos de Departamento e de Centro e Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade. Esta solicitação poderá ser aprovada, desde que esteja fundamentada em pelo menos uma das seguintes razões:</p> <p>I - produtividade relevante, que justifique a prorrogação, visando produção bibliográfica, cultural e/ou técnica, com previsão de atividades e posterior comprovação;</p> <p>II – resultados, no desenvolvimento do Projeto, que justifiquem complementação não prevista na proposta original;</p> <p>III – especificidade na área de execução do Projeto.</p>	<p>Mantida. Não houve sugestão.</p> <p>Mantida. Não houve sugestão.</p> <p>Mantida. Não houve sugestão.</p>	
--	---	--

<p>§ 7º Os coordenadores de Projetos de Extensão, Projetos Integrados com ênfase em Extensão, aprovados por órgãos públicos ou privados, Projetos de Prestação de Serviços(PAS) e Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão (PEPE) deverão apresentar, anualmente, à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade, até o final do mês de fevereiro do ano seguinte, Formulário de Acompanhamento das ações extensionistas, estabelecido pela PROEX, o qual deverá contemplar inclusive a quantidade de atendimentos realizados, caracterização do segmento/público alvo atendido e o(s) respectivos Município(s)/Estado(s) abrangidos pela ação extensionista.</p>	<p>CCB (Art. 25, § 7º: Sugestão: Propor um relatório final apenas, não anual.)</p> <p>CCS: os projetos financiados encaminham relatórios e formulários de acompanhamento periodicamente aos seus financiadores, portanto achamos desnecessário mais esse controle pela PROEX.</p>	<p>A PROEX é demandada diariamente por órgãos de fomento e da sociedade para fornecer informações sobre os atendimentos realizadas pela Extensão. Se o Relatório for apenas “final” e os financiados não precisarem prestar contas à UEL, ficaremos totalmente sem informações sobre o segmento/público-alvo atendido pelos projetos e programas que estejam em execução.</p>
<p>§ 8º Caso o Formulário de Acompanhamento não seja enviado no prazo estabelecido no parágrafo anterior, a PROEX poderá encaminhar a suspensão do Projeto e todos os direitos a ele concedidos, até que ocorra sua regularização.</p> <p>SUGESTÃO PROEX: § 9º O Formulário de Acompanhamento dos Projetos atende aos mesmos objetivos e trâmites estabelecidos para os Programas de Extensão, conforme Art. 6º, § 3º desta Resolução.</p>		<p>PROEX: (Art. 25, § 8º: “Excluído o parágrafo 8º, pois já está contemplado no Art. 6º, § 3º”).</p> <p>PROEX – parágrafo § 9º passou para § 8º</p> <p>PROEX SUGESTÃO: § 9º O Formulário de Acompanhamento dos Projetos atende aos mesmos objetivos e trâmites estabelecidos para os Programas de Extensão, conforme Art. 6º, § 3º desta Resolução.</p>
<p>§ 9º A entrega anual do Formulário de Acompanhamento não dispensa a necessidade da apresentação de Relatório, quando se tratar de Prorrogação de Prazo, Interrupção de Atividades ou Relatório Final.</p>	<p>CCS: há necessidade deste controle?</p>	<p>PROEX – parágrafo § 10º passou para § 9º</p>
<p>Seção II – Interrupção do Projeto/Programa</p>	<p>Mantida. Não houve sugestão.</p>	

<p>Art. 26. (Art. 25) Em casos de intercorrências estruturais ou conjunturais que inviabilizem a consecução do Projeto de Extensão, Projeto Integrado com ênfase em Extensão ou Programa de Extensão, os coordenadores deverão, por meio do sistema eletrônico, solicitar imediatamente a pronta interrupção das atividades, instruída com justificativa e o relatório de atividades desenvolvidas até a data de interrupção. A solicitação e o relatório tramitarão nas respectivas Comissões e Conselhos de Departamento e de Centro, observado os seguintes aspectos:</p> <p>I – a interrupção poderá ser concedida por um período máximo de 6 (seis) meses;</p> <p>II - à equipe envolvida será assegurada, durante o período de interrupção, a manutenção dos direitos concedidos em função do Projeto/Programa, para apresentação de novo Projeto/Programa ou redirecionamento das ações;</p> <p>III – caso as intercorrências sejam resolvidas no prazo de 6 (seis) meses, o coordenador poderá solicitar à PROEX o reinício do Projeto/Programa;</p> <p>IV – na ausência de manifestação do coordenador do Projeto/Programa no prazo de 6 (seis) meses, o Projeto/Programa será automaticamente cancelado pela PROEX.</p>	<p>CCS: A interrupção prorroga ou protela o prazo para o término do projeto? Isto não está no texto.</p>	<p>PROEX – a interrupção cessa a contagem do prazo concedido para execução.</p>
<p>Seção III - Alterações</p>	<p>Mantida. Não houve sugestão.</p>	
<p>Art. 27. (Art. 26) As alterações durante o desenvolvimento do Projeto de Extensão, Projeto Integrado com ênfase em Extensão, Programa de Extensão, Projetos de Prestação de Serviços (PAS) ou Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão (PEPE) deverão ser comunicadas pela coordenação imediatamente à ocorrência do fato, à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade.</p>	<p>Mantida. Não houve sugestão.</p>	
<p>§ 1º Constituem alterações no conjunto de participantes:</p> <p>I – Docentes ou Agentes Universitários: inclusões, exclusões, afastamentos por licenças, substituições, aumento ou redução de carga horária, mudança de função, etc.;</p>		<p>PROEX CLCH– Iniciada a execução do Projeto/Programa, a solicitação de inclusão de estudante já está autorizada.</p> <p>PROEX – servidores técnicos substituído</p>

<p>II – Estudantes de graduação/pós-graduação da UEL: inclusão ou fechamento de participação em conformidade com o § 3º do Art. 13 desta resolução;</p> <p>III – Colaboradores Externos: inclusões ou fechamento de participação por meio de formulários específicos estabelecidos pela PROEX, conforme Art. 16 desta resolução.</p>	<p>CLCH (Art. 27, inciso II: “A inclusão de estudantes estaria atrelada aquele prazo de 90 dias da data da aprovação do projeto/programa, como mostra o Art. 24?”).</p>	<p>por: Agentes Universitários.</p> <p>PROEX – sugestão para o inciso “III”, Art. 13: “A inclusão de Colaboradores Externos será realizada pelo Coordenador do Projeto/Programa ou docente responsável, diretamente para a PROEX”; a- Quando solicitado fora de prazo, a análise da justificativa será feita pela PROEX.</p>
<p>§ 2º O registro de alteração de que trata o <i>caput</i> deste artigo será feito dentro do mês de comunicação da ocorrência, sendo vedado o registro retroativo ao mês anterior, exceto os casos previstos nos itens 5 e 7 do Anexo I desta Resolução.</p> <p>§ 3º As alterações descritas no § 1º deverão ser formalizadas por meio de Formulários estabelecidos e disponibilizados pela PROEX e encaminhadas de acordo com a forma eletrônica ou impressa.</p> <p>§ 4º Ficam estabelecidos os procedimentos para as alterações constantes do Anexo I desta Resolução.</p> <p>§ 5º As alterações estabelecidas no Anexo I, deverá observar o atendimento aos seguintes procedimentos quanto ao trâmite:</p> <p>I – TIPOS 1 e 2: que envolvem inclusão ou aumento de carga horária docente tramitarão, para análise e parecer, nas Comissões de Extensão e Conselhos de Departamento e de Centro;</p> <p>II – TIPOS 3 a 11: estão dispensadas de trâmite nas instâncias citadas no inciso I.</p>	<p>Mantida. Não houve sugestão.</p> <p>Mantida. Não houve sugestão.</p> <p>Mantida. Não houve sugestão.</p> <p>CCB (Art. 27, § 5º, inciso I: 1) Retirar burocracia. 1.1 Professor: apenas reunião de departamento 1.2 Discente e colaborador externo: direto do docente para a PROEX.</p>	<p>PROEX – sugestão: excluir o § 3º.</p> <p>PROEX - § 4º passa para o § 3º e o § 5º para o § 4º.</p> <p>PROEX – sugestão inciso “I”, tipos 1 e 2: “tramitar somente na Comissão de Extensão do Departamento e Conselho de Departamento.</p>

<p align="center">TÍTULO VI</p>	<p>Mantida. Não houve sugestão.</p>	
<p>RELATÓRIO FINAL, AVALIAÇÃO E ENCERRAMENTO DO PROJETO/PROGRAMA</p>	<p>Mantida. Não houve sugestão.</p>	
<p>Art. 28. (Art. 27) Ao término do prazo concedido para execução do Projeto de Extensão, Projeto Integrado com ênfase em Extensão, inclusive os Projetos/Programas de Extensão aprovados por órgãos públicos ou privados, o coordenador deverá providenciar o Relatório Final de atividades, em formulário disponibilizado pela PROEX, submetidos por meio do sistema eletrônico, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o término de vigência do Projeto/Programa.</p>	<p>CCB (Art. 28: “Se possível eliminar documentos impressos”) CEFE: (permanece o formulário de Relatório Final utilizado atualmente?),</p>	<p><u>Acatado (excluída a forma impressa).</u> PROEX – Sim.</p>
<p>§ 1º No caso de Programas de Extensão, o encerramento de atividades será considerado a partir da data de protocolo do Relatório Final junto ao sistema eletrônico.</p> <p>§ 2º O Relatório Final deverá apresentar produção extensionista resultante das ações dos Projetos/Programas descritos no <i>caput</i> deste Artigo pontuada conforme Tabela de Produção/Pontuação aprovada pelo Comitê Assessor do Programa de Iniciação Extensionista/PROINEX e atender a pontuação mínima abaixo: I - 3 (três) pontos, para vigência de 12 (doze) meses; II - 6 (seis) pontos, para vigência de 24 (vinte e quatro) meses; III - 9 (nove) pontos, para vigência de 36 (trinta e seis) meses. IV - 12 (doze) pontos, para vigência de 48 (quarenta e oito) meses, somando-se à esta pontuação, mais 3 (três) pontos para cada 12 (doze) meses, quando superar a vigência estabelecida neste inciso.</p>	<p>Mantida. Não houve sugestão.</p> <p>CTU (Art. 28, § 2º: “incluir o quesito “Produção Técnica” na Tabela de Produção PROINEX”).</p> <p>CCB (Art. 28, § 2º: 1) Relatório: Acredito que o foco da extensão não deveria ser a produção em si, mas o atendimento e o alcance do público (p. ex., divulgação em instagram ou outras redes sociais, entrevistas, pessoas atendidas, etc.); 2) Tabela de Produção/Pontuação: Sugestão retirar a tabela ou dar a opção de escolha, Relatório Final ou Tabela (como na pesquisa). O relatório tem que ser privilegiado em relação a tabela de pontuação.</p> <p>CLCH (Art. 28: 1) § 2º: Incluir item: Tabela de Produção/Pontuação: AEX indicada” 2) § 2º, inciso II: “Qual pontuação seria atribuída para projetos com duração entre os intervalos. Ex: 30 meses, como é o caso do Programa Paraná Fala Idiomas”).</p>	<p>PROEX (Art. 28, § 2º: Sugestão: I - 3 (três) pontos, para vigência de até 12 (doze) meses; II - 6 (seis) pontos, para vigência entre 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) meses; III - 9 (nove) pontos, para vigência entre 24 (vinte e quatro) e 36 (trinta e seis) meses. IV - 12 (doze) pontos, para vigência entre 36 (trinta e seis) e 48 (quarenta e oito) meses, somando-se à esta pontuação, mais 3 (três) pontos para cada 12 (doze) meses, quando superar a vigência estabelecida neste inciso.</p>

<p>§ 3º A Tabela de Produção/Pontuação a ser utilizada para atendimento da produção mínima exigida para Projetos e Programas de Extensão, será aquela que estiver vigente no ato de submissão do Relatório Final do Projeto ou Programa de Extensão.</p>	<p>CCE (Art. 28: “.. vigente no ato de submissão do Relatório Final...” sugestão: “vigente na data de início do projeto ou programa”.</p> <p>CCS: que esta tabela priorize/valorize mais as ações extensionistas desenvolvidas pelo projeto.</p> <p>CEFE: (Talvez colocar alguma coisa em anexo, ou citar o número da resolução desta tabela... já que a ideia é agregar documentos.) Reconhecemos que a cada proposta para a tabela de pontuação conseguimos adequá-la mais aos produtos da extensão, mas ainda se aproxima muito da tabela de produtos da pesquisa. O objetivo primário da extensão é proporcionar uma intervenção que promova mudança na sociedade por meio da ação discente de maneira tutoriada. Assim, creio que a análise qualitativa das mudanças promovidas pela intervenção na sociedade e do conhecimento promovido em quem realizou a intervenção sejam os melhores indicadores da extensão. Neste sentido, infelizmente, não há como ficar tentando comparar projetos/programas de extensão entre si. Quantificar para dar nota aos projetos/programas é uma falácia. O que é melhor, um projeto que promoveu a melhora na qualidade de vida de 3 idosos ou um programa que promoveu atividade física para 50 crianças. Por acaso é possível falar que algum é melhor do que o outro? O número é o que conta? Se o coordenador fez 3 resumos ou 10 artigos sobre o que foi feito é o que conta na extensão? Faz algum sentido esta parametrização? A extensão não pode ser negociada como a pesquisa tem se vendido. Seus valores precisam ser diferentes. O foco precisa ser na sociedade e na formação discente, e não nos números da produção acadêmica.</p>	<p>PROEX – não é possível, pois as Tabelas são Anexos de EDITAIS que são publicados Anualmente pela PROEX.</p>
<p>Art. 29. (Art. 28) No caso de Projetos de Prestação de Serviços (PAS) ou Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão (PEPE), o coordenador deverá providenciar o</p>	<p>CCB (Art. 29: “Tratar o artigo todo como PAS e não projeto/programa”)</p>	<p>PROEX: (Art. 29: “... Projetos de Prestação de Serviços (PAS) ou Projetos de Ensino, Pesquisa e</p>

<p>Relatório Final de Atividades Executadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término do Projeto e encaminhá-lo ao órgão responsável pelo Relatório Final Financeiro, para ser juntado ao Relatório Final Financeiro e protocolados pelo respectivo órgão junto ao SAUEL, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o encerramento do Projeto e do instrumento jurídico.</p>		<p>Extensão (PEPE)".</p> <p>Precisa ser tratado como Prestação de Serviços, conforme consta da Resolução da Política de Extensão.</p>
<p>§ 1º O coordenador deverá, no ato de cadastramento do Relatório Final do Projeto/Programa, registrar no campo "disseminações" as produções resultantes das ações do Projeto/Programa.</p> <p>§ 2º Caso o Projeto/Programa não tenha produção ou não atenda a pontuação estabelecida no artigo 28 desta resolução, o coordenador deverá anexar o Relatório Final e as justificativas quanto ao não atendimento da produção exigida, para análise das instâncias envolvidas.</p> <p>§ 3º A ausência do Relatório Final de Projetos/Programas nos prazos estabelecidos implicará o registro no cadastro do Projeto/Programa na situação "Cancelado – Relatório Final ausente" e o impedimento de participação e/ou submissão de novos Projetos ou Programas pelo coordenador, até sua regularização, vedada a reativação de Projetos/Programas cancelados.</p> <p>§ 4º A não aprovação do Relatório Final pelas instâncias avaliadoras resultará no registro do Projeto/Programa na situação "Cancelado – relatório não aprovado" e o impedimento de participação e/ou submissão de novos Projetos ou Programas pelo coordenador, vedada a reativação de Projetos/Programas cancelados.</p> <p>§ 5º O início de tramitação do Relatório Final de atividades altera o registro de desenvolvimento do Projeto/Programa</p>	<p>Mantida. Não houve sugestão.</p> <p>Mantida. Não houve sugestão.</p> <p>Mantida. Não houve sugestão.</p> <p>Mantida. Não houve sugestão.</p> <p>Mantida. Não houve sugestão.</p>	

<p>para “Encerrado – Relatório Final entregue”.</p> <p>§ 6º O Projeto/Programa será considerado “Concluído” somente após a apreciação e aprovação do Relatório Final pelas instâncias de avaliação descritas no artigo 20 desta resolução.</p>	<p>Mantida. Não houve sugestão.</p>	
<p>Art. 30. (Art. 29) O Relatório Final será objeto de análise e parecer pelas instâncias de avaliação estabelecidas no artigo 20 desta resolução e deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias incluindo as possíveis reformulações.</p>	<p>Mantida. Não houve sugestão.</p>	
<p>§ 1º A análise do Relatório Final pelas instâncias de avaliação deverá considerar, entre outros, os seguintes critérios:</p> <p>I - cumprimento dos objetivos propostos no Projeto ou Programa, de modo claro e inconfundível; II - contribuição efetiva para o desenvolvimento do conhecimento, da ciência e da sociedade; III - promoção da articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão; IV - quantidade/qualidade da produção resultante das ações previstas na proposta do Projeto/Programa de Extensão.</p>	<p>CLCH (Art. 30, § 1º: “Incluir inciso V: “Contribuição para a creditação da extensão”).</p> <p>CEFE:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) inciso II: ??? qual critério ou parâmetro? 2) inciso IV: Aqui estaria contida a situação das comissões de avaliações poderem, a qualquer momento da avaliação do relatório, sinalizarem o distanciamento da caracterização do projeto ou programa? 	
<p>§ 2º As instâncias de avaliação poderão solicitar reformulação/ajuste do Relatório Final, por até 3 (três) vezes e o coordenador terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para atender a cada uma das solicitações de reformulação/ajuste e reenviar o relatório para análise da instância que a solicitou.</p> <p>§ 3º Caso o coordenador não cumpra o prazo de devolução do Relatório Final reformulado estabelecido no parágrafo anterior, a instância de avaliação deverá emitir parecer cancelando a tramitação do Relatório Final.</p>	<p>Mantida. Não houve sugestão.</p> <p>Mantida. Não houve sugestão.</p>	

<p>§ 4º Na hipótese de ocorrer o previsto no parágrafo anterior, o Projeto/Programa será registrado na situação “Cancelado – Reformulação não atendida” e o coordenador ficará impedido de participar ou coordenar novos Projetos ou Programas de Extensão, até que o coordenador protocole novo Relatório Reformulado por meio do sistema eletrônico ou na forma impressa, caso não seja possível pelo sistema eletrônico.</p> <p>§ 5º O Projeto/Programa será considerado concluído somente após pareceres favoráveis das instâncias de avaliação previstas no Artigo 20 desta Resolução.</p> <p>§ 6º Caberá à PROEX informar, mensalmente, a Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade sobre os Projetos e Programas concluídos.</p>	<p>Mantida. Não houve sugestão.</p> <p>Mantida. Não houve sugestão.</p> <p>Mantida. Não houve sugestão.</p>	
<p>TÍTULO VII RECURSOS FINANCEIROS PARA O PROJETO</p>	<p>Mantida. Não houve sugestão.</p>	
<p>Art. 31. (Art. 30) Os docentes poderão concorrer a editais ou chamadas de fundo público ou privado para viabilização financeira de seus Projetos/Programas.</p>	<p>CTU (Art. 31: incluir mais um artigo: “Na eventualidade do professor não conseguir obter recursos externos, considerando que a extensão passa a ser uma obrigação institucional, a universidade deverá prover a infraestrutura mínima para a implementação e desenvolvimento do projeto”).</p> <p>CCS: penso que isso limita os projetos de conseguirem estabelecer parceria, receber patrocínio ou doação financeira. Sugestão é incluir outras possibilidades de apoio financeiro.</p>	<p>PROEX – sugestão sobre o Comentário do CCS: “Para viabilização financeira de seus Projetos/Programas os docentes poderão: concorrer a editais ou chamadas de fundo público ou privado; estabelecer parcerias público/privadas; patrocínio ou doações”.</p>
<p>TÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS</p>	<p>Mantida. Não houve sugestão.</p>	
<p>Art. 32. (Art. 31) A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade, em conjunto com a Assessoria de Tecnologia da Informação (ATI) deverão planejar o encaminhamento de providências necessárias à informatização das atividades regulamentadas por esta Resolução que ainda estejam na forma</p>	<p>Mantida. Não houve sugestão.</p>	

<p>impressa, priorizando aquelas relacionadas ao trâmite de Projetos de Prestação de serviços(PAS) e seus respectivos relatórios finais e inclusões e exclusões de docentes e colaboradores externos.</p> <p>Art. 33. (Art. 32) Os coordenadores de Projetos e Programas de Extensão deverão observar as disposições contidas na Lei Geral de Proteção de Dados.</p> <p>Art. 34. (Art. 33) Os casos omissos serão resolvidos em primeira instância pela Comissão de Extensão de Departamento, em segunda instância pela Comissão de Extensão do Centro e, em última instância, pela Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade do CEPE.</p>	<p>Mantida. Não houve sugestão.</p> <p>Mantida. Não houve sugestão.</p>	
<p>Art. 35. (Art. 34) A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições da Resolução CEPE n. 070 de 28 de junho de 2012, que sejam incompatíveis ou que versem sobre matéria aqui regulamentada e a Resolução CEPE n. 180, de 07 de novembro de 2002.</p>	<p>CCB (Art. 35: “ A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições da Resolução CEPE n. 070 de 28 junho de 2012 e da Resolução CEPE n. 180 de 07 de novembro de 2002, que sejam incompatíveis ou que versem sobre matéria aqui regulamentada.”).</p> <p>CCB (proposição de projetos – que facilitem a operacionalização da creditação da extensão).</p> <p>CLCH (Art. 35: 1) E quais são essas disposições incompatíveis? Esta proposta de Resolução não deveria revogar a anterior de uma vez? Me parece confuso que coexistam duas resoluções e que os docentes tenham de ficar comparando ambas para entender o que é incompatível. 2) Esta resolução não substituiria totalmente a anterior? 3) Teremos três em vigor?”).</p>	<p>PROEX – sugestão do CCB – Acatada parcialmente.</p> <p>PROEX – a Resolução CEPE n. 070/2012 permanece em vigor para os Projetos de Pesquisa em Ensino, motivo pelo qual esta deve ser a redação do artigo previsto nesta resolução. Em matéria de Projetos e Programas de Extensão, esta resolução substitui totalmente a anterior.</p>
<p>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, <u>XX de XX de 20XX.</u></p>		
<p>Prof. Dr. Sérgio Carlos de Carvalho Reitor</p>		

ANEXO I

RESOLUÇÃO CEPE/CA Nº

TIPO DE ALTERAÇÃO	PROCEDIMENTO DE SOLICITAÇÃO
1. Inclusão de docentes com carga horária.	Coordenador preenche e protocola o Formulário de Inclusão, na função de Coordenador ou Colaborador.
2. Aumento de carga horária docente.	Docente preenche e protocola o Formulário de Aumento/Redução de Carga Horária.
3. reinício de projeto/programa interrompido, por até 12 (doze) meses	Ofício emitido pela coordenação, com justificativa, número do projeto/programa e o "de acordo" da Coordenação da Comissão de Extensão de Departamento e da Chefia de Departamento.
4. inclusão de docente - na função de Consultor.	Coordenador preenche e protocola o Formulário de Inclusão na função de Consultor, assinado pelo coordenador e docente interessado.
5. exclusão - aposentadoria, rescisão ou falecimento.	Ofício dirigido à PROEX ou e-mail emitido pela coordenação para o endereço proex.projeto@uel.br, com justificativa, data de alteração e número do projeto/programa.
6. substituição de docente - mesmo plano de trabalho e mesma carga horária ou carga horária menor do docente substituído.	Coordenador preenche o Formulário de Substituição, com a ciência do docente substituto e substituído e o "de acordo" da Chefia de Departamento do docente substituto.
7. afastamento - licença (tempo integral ou parcial) e/ou exclusão de docente em atividade.	Ofício emitido pela coordenação com a ciência do interessado ou pelo interessado com a ciência da coordenação, justificativa, tipo e data de alteração (licença ou exclusão) e número do projeto/programa.
8. diminuição/redução de carga horária.	Docente preenche e protocola Formulário de Aumento/Redução de carga horária.
9. alteração de função - mudança na coordenação - por docente que integre a equipe do projeto/programa, sem alteração da carga horária dos docentes envolvidos.	E-mail emitido pela coordenação para o endereço: proex.projeto@uel.br, com justificativa, número do projeto/programa e ciência do coordenador substituto.
10. alteração de função - Colaborador para Consultor.	E-mail emitido pelo interessado para o endereço: proex.projeto@uel.br, com cópia para ciência da coordenação ou emitido pela coordenação com ciência do interessado, justificativa e o número do projeto/programa.

<p>11. permanência de docente na equipe do projeto/programa - quando houver alteração contratual na condição de temporário ou de temporário para efetivo, sem lapso de tempo entre a data de rescisão e contratação, com o mesmo plano de trabalho, lotação e carga horária.</p>	<p>E-mail emitido pela coordenação para o endereço: proex.projeto@uel.br, com a ciência do interessado ou pelo interessado com a ciência da coordenação, justificativa, número do projeto/programa, chapa funcional antiga e data de encerramento, chapa funcional nova e data de início de contrato e o "de acordo" da Chefia Departamental do docente interessado.</p>
--	--

- I- Com exceção dos **itens 5 e 7**, as alterações serão registradas pela PROEX de acordo com o § 2º, Art. **27** desta Resolução.
- II- As alterações descritas nos **itens 1 e 2 tramitam** nas Comissões de Extensão e nos Conselhos de Departamento e de Centro, conforme § 4º, **inciso I do Art. 27** desta Resolução.
- CCB (Inciso "II": "Tramitar apenas nos Conselhos de Departamento e de Centro").
- III- As alterações descritas nos **itens 3 a 11 não tramitam** nas Comissões de Extensão e Conselhos de Departamento e de Centro, conforme § 4º, **inciso II do Art. 27** desta Resolução.
- IV- Caberá à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade, por meio da Divisão de Projetos e Iniciação Extensionista, observar o cumprimento dos procedimentos de solicitação descritos neste Anexo.
- V- Os Formulários de Inclusão de docentes (Coordenador ou Colaborador), Inclusão de Docente Consultor e de Aumento/Redução de Carga Horária estão disponíveis na página da PROEX, MENU – FORMULÁRIOS.